

As Noites de Sociologia

*Apresentação por
António Firmino da Costa**

A sociologia também pode ser espaço de debate público e pretexto de sociabilidade. Ao longo de quatro semanas, quintas-feiras à noite, muitos foram os sociólogos e outros interessados que convergiram para uma conhecida livraria de Lisboa.

Promovidos pela Associação Portuguesa de Sociologia e pela Livraria Barata, e contando com a colaboração permanente do sociólogo Carlos Miguel, realizaram-se, de 15 de Março a 5 de Abril, as "Noites de Sociologia". Em ambiente de maior informalidade do que nas habituais circunstâncias da comunicação científica, da aula ou da actividade profissional, foi possível debater, por vezes acaloradamente, algumas importantes problemáticas relativas às transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas.

Os temas lançados não pretendiam revestir a forma de proposições conclusivas conceptualmente aprofundadas mas, antes, colocar-se ao nível de uma primeira formulação de problemas, geradora de questionamento público e dinâmica argumentativa. E, de facto, sociólogos (e não sociólogos) surgiram em número crescente de sessão para sessão, ultrapassando sempre a centena de presentes - de várias gerações, sensibilidades e inserções institucionais - manifestando grande apetência em juntar à dimensão de análise científica da sociedade, quer a dimensão de protagonismo activo na formação pública de opinião, quer a dimensão lúdica das práticas de convívio.

Poder-se-á falar, a propósito destas "Noites de Sociologia", da dinâmica de uma comunidade científico-profissional no limiar de novos patamares de dimensão e maturidade, diversidade interna e integração organizativa, identidade colectiva e presença pública? Ter-se-á tratado, num outro plano, de um dos sintomas de tendência mais gerais para o ressurgimento ou a invenção de formas sociais - a um tempo espaços públicos de interacção comunicativa e redes de sociabilidade electiva - que, em novos moldes, não deixam de lembrar a figura social da tertúlia ou do círculo intelectual, tão importante nos processos sociais de constituição da modernidade e em períodos de viragem das sociedades contemporâneas?

Seja como for, pareceu interessante deixar registado o acontecimento. Os temas propostos e os animadores dos debates foram os seguintes:

* ISCTE

- *Cidade ou campo: Onde se vive melhor?* (15 de Março) - Moisés Espírito Santo, João Ferrão, António Fonseca Ferreira, Afonso de Barros, Vitor Matias Ferreira
- *Confiança na democracia ou retracção perante o Estado?* (22 de Março) - Juan Mozzicafreddo, Fernando Medeiros, Maria José Stock, José Manuel Leite Viegas, Pierre Guibentif, António Teixeira Fernandes
- *Arte e media: indústria ou cultura?* (29 de Março) - Maria de Lourdes Lima dos Santos, José Manuel Paquete de Oliveira, Idalina Conde
- *Valores nos anos 90: Romantismo ou Pragmatismo?* (5 de Abril) - João Ferreira de Almeida, Juan Mozzicafreddo, Virgínia Ferreira, Manuel Braga da Cruz, Manuel Villaverde Cabral

Adiante são apresentadas algumas sínteses das intervenções - aquelas que no curto espaço de tempo disponível foi possível obter - com que se iniciaram os debates.

I Cidade ou Campo: Onde se Vive Melhor?

*Intervenção de Moisés Espírito Santo**

A razão de ser da pergunta que devia ser antes "Na cidade ou na aldeia?", esvai-se entre nós. As cidades portuguesas não são as urbes europeias que chegam a ter mais população que Portugal inteiro; nesse contexto, a pergunta teria cabimento. Cada cultura concebe o rural e o urbano diferentemente, como quaisquer valores cujos sistemas só podem ser analisados comparativamente aos sistemas dos outros. Vou comparar com os valores de Além-Pirinéus e usar critérios etnológicos.

As nossas cidades não repondem aos indicadores que caracterizam aqueles meios. Portugal já não é rural mas as suas cidades não são "meio urbano". Os critérios etnológicos que distinguem os dois tipos de comportamentos são, desordenadamente: habitat, ritmos de trabalho, "filosofias" da vida diversificadas, lazeres, práticas e modos de relacionamento diferenciados de maneira que cada um viva a cidade ao seu gosto, individualização, anonimato e pretensão de liberdades individual, diferença nas praticas e nos gostos, possibilidades de criatividade individual nos diversos dominios, mobilidade social geográfica, ausência de interconhecimento ou controle social, inexistência do sentimento de pertença à terra de nascimento que é um mecanismo regulador da comunidade tradicional (desafecção prática, que não ligação afectiva, platónica, ao lugar de origem), capacidade de viver só e (ou) de mudar de grupo de relações,

* Universidade Nova de Lisboa

incentivada desde a tenra idade. Para a cultura portuguesa o diagnóstico é: não tem o germe da cultura urbana.

Os campos modernizam-se, os agricultores desertam as leiras, o cimento alastra para as periferias. O território a norte do Tejo transforma-se, a um ritmo impressionante e aparentemente imparável, num imenso suburbio onde deixa de haver diferenças e limites ecológicos entre aldeias, vilas e cidades. Com este tipo de habitação individual e dispersa pelas encostas e pelas várzeas somos únicos na Europa. Está-se a repetir o erro urbanístico indelével que provocou o aparecimento das paisagens mineiras do norte europeu do século XIX, com rosários de "vivendas", sem aldeias e sem urbes, e por consequência, sem possibilidades estruturais de qualidade de vida urbana. Existem ainda algumas jeiras largas mas, a esse ritmo, desaparecem daqui a vinte anos; ficamos com as serras de eucaliptos.

Tendo-se extinto o modo de vida rural, uma classe etária nacional de hoje tem visões da vida, praticas, gostos e modos de relacionamento identicos, em Lisboa como numa pequena vila da Beira em plena serra (a povoação beirão gosa da larguezado quadro envolvente; se a povoação urbana se situa, por exemplo, na Linha de Sintra, as vantagens e desvantagens equiparam-se e a distinção define-se).

A questão fundamental é a capacidade de a cultura portuguesa conceber um modo de vida urbano de tipo europeu. Os critérios que apresentei não se verificam na sociedade portuguesa que, não sendo hoje economicamente rural, não é urbana. É ruralista, isto é, para além dos modelos camponeses, não tem outros. Existe o modelo citadino contraposto ao aldeão, mas esse diz respeito aos consumos, à linguagem e a comportamentos superficiais que não se confundem com a cultura urbana ou não se resumem a ela. O modelo citadino do consumo e do modo de estar é hoje comum a todos os grupos etários com menos de quarenta anos, relacionados com os factores civilizacionais que são comuns a todas as culturas.

Em Lisboa como na Serra da Estrela, os ritmos de vida são os mesmos (é o ritmo solar, como na antiga aldeia); a criatividade artística, "cultural", desaparece nas cidades ao mesmo ritmo que estas alastram (tal como a animação tradicional das aldeias, na mesma proporção); os Beirões em busca de trabalho emigram, hoje como outrora, para os mesmos sitios - as periferias de Lisboa; Os Desempregados de Lisboa não emigram para a Beira como é próprio da sociedade rural; os jovens (rurais e urbanos) vivem em casa dos pais até ao casamento que, por consequência, reproduz as necessidades infantis protectionistas da família genitora; vivencia a-sós imaginada por cada um, criativa ou aventureira, não existe nas cidades portuguesas como nunca existiu nas aldeias. Desapareceu a distinção entre "modo de ser popular" e "modo de ser burguês": não foi o povo que adaptou os modelos da burguesia, foram os modelos burgueses que desapareceram sob o impulso da massificação empreendida pelos modelos da antiga classe media; a actual cultura dominante não é burguesa, é vilã.

Assim como define a diferença rural-urbano, assim desaparece a distinção entre modelos de elite, de Estado e de aldeia; forçosamente, porque os dirigentes são uma emanação da cultura e da massa homogeneizada. Há particularismos que definem bem o ruralismo dominante, vejamos: é o Estado (melhor ainda, o Parlamento) quem classifica uma povoação de "cidade", "vila" ou "aldeia", classificação que move enormes questões de prestígio local; entende-se que os habitantes de uma terra "promovida a cidade" são mais qualquer-coisa do que os de uma aldeia; o qualquer-coisa remete para um valor arcaico que é o status herdado pelo lugar de nascimento ou de residência e que é identificado com a sociedade senhorial, semelhante (ou ainda o mesmo?) ao que existiu na colonização romana. A distinção por parte do Estado, das povoações em "cidade" e "aldeia" é pré-burguesa, pré-industrial, pré-capitalista, de *ancien-régime*. Dirão alguns: "Há contradição: se uma povoação aspira a ser cidade, é porque já não é rural..." e eu respondo: o elemento mais notório da cultura rural é o desprestígio da ruralidade face à cidade, e a sobrevalorização mítica, simbólica e idílica do status urbano pelos rurais. A povoação que se preocupa em ser "classificada de cidade" dá mostras iniludíveis de ruralidade. Temos depois a existência da "vila", que é única na Europa, resquício da romanização e meio termo entre a aldeia e a cidade; a distinção aldeia/vila é senhorialista e remete para uma estratificação social em que entram, por um lado, os plebeus (da aldeia), e por outro, os vilões (funcionários, gente limpa), afastados dos grandes senhores que são os da cidade. Qual é o Estado europeu que tem tempo a perder com tais hierarquias depois da primeira Revolução Industrial?

Outro exemplo de ruralismo: o sentimento de "pertença" à terra onde se nasceu (na sociedade tradicional os indivíduos pertencem à comunidade de origem como pertencem à família) bem vivo entre os lisboetas. Caso típico da nossa ruralidade é a total inexistência de mobilidade geográfica (ou horizonte) por parte dos cidadãos. Na cultura rural, a existência individual é entendida como a vivência continuada no local onde nasceu e se espera morrer; a mudança de meio é vivida como um exílio. Ora, o elemento característico da urbanidade é a possibilidade de viver fora do lugar de nascimento e, conseqüentemente, disponibilidade de mudar de meio. Nem os indivíduos, nem os poder central ou locais assumem tal princípio. É política do Estado (ou foi-o até há meses) favorecer a compra de casa própria em desfavor da habitação alugada pensada "para a gente pobre" (como na aldeia tradicional), prova também iniludível de que os dirigentes não têm uma visão de vida e de desenvolvimento diferente do camponês tradicional. Desconhecem, de facto que a industrialização, o desenvolvimento económico e o equilíbrio das regiões os devem os países ricos, antes de mais, à mobilidade geográfica dos trabalhadores (sobretudo dos quadros médios e superiores). A mobilidade geográfica encorajada pelo Estado é a condição *sine qua non*, e uma consequência, do desenvolvimento. Os Portugueses só serão de facto "como os europeus" quando forem capazes aos dazasseis anos de viverem num lar de jovens trabalhadores situado a quinhentos

quilómetros do lugar onde nasceram, mudarem de casa como mudam de trabalho, e quando 50% deles viverem sós (solteiros, viúvos, divorciados, unidos informalmente) como nos meios urbanos da Europa. É neste cadinho - para alguns um inferno - que nasce a cultura urbana. Até lá é-se rural ou ruralista.

Se a questão se refere à qualidade das coisas, "couves do quintal", "ovos das galinhas à solta", "ar puro", "água do poço" e outros clichés de aldeia, tudo desaparece sob a massa igualitaria do suburbio. Perderam-se a diferença, a convivialidade aldeã e a qualidade dos campos que o capitalismo europeu preserva afincadamente, e não se vive melhor nas cidades. Não somos rurais nem urbanos. Somos rurais emigrados *comme un arbre dans la ville*, somos rurbanos.

*Intervenção de
João Ferrão**

No início havia o campo; o campo é o Adão. À sua imagem, mas por contraste, foi criada a cidade; a cidade é a Eva. Das relações cidade-campo resultou o inevitável: primeiro o avolumar da cidade, depois o nascimento dos subúrbios. E como sempre sucede, esta nova geração acentuou a diversidade de situações existentes: uns são legítimos, outros bastardos; uns são grandes, outros pequenos; uns são doces e sentimentais, outros esquizofrémicos...

Apesar de toda esta diversidade, os subúrbios são mais filhos da mãe do que do pai. É essa, pelo menos, a impressão com que se fica a partir dos traços fisionómicos que apresentam. Mas a verdade é que aos avós desses subúrbios, com a objectiva subjectividade que normalmente os caracteriza, não faltarão argumentos, variados e convincentes, que permitem sublinhar parecenças que só os mais distraídos não conseguem captar. Em suma, os subúrbios, sendo cidade e campo, possuem indiscutivelmente feições próprias.

Vive-se melhor na cidade ou no campo? Gosta-se mais da mãe ou do pai? A resposta é simples. Para os tempos - individuais e sociais - em que a realidade vivida se resume, no fundamental, às duas acima referidas a questão ainda não se coloca. Veja-se a "História do rato da cidade e do rato do campo" ou qualquer dos livros do Dr. Spock...

Quando tudo se complica - individual e socialmente - a questão já não tem sentido. A cidade e o campo, a mãe e o pai, mais não são do que uma parcela - fundamental, é certo - de uma realidade bem mais complexa, onde o acesso à diferença e ao contraste deve ocupar uma posição central.

São, pois, as possibilidades de acesso à diferença e ao contraste - pensamento, por excelência da modernidade - e as territorialidades que mais as favorecem que importa discutir.

* Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais

Vive-se melhor na cidade ou no campo? A resposta é simples, porque simplesmente não existe. Mas a verdade é que eu prefiro a cidade.

*Intervenção de
Afonso de Barros**

Vou procurar definir algumas referências não propriamente para responder em termos precisos à questão colocada mas para discutir alguns dos problemas que esta questão levanta.

Antes do mais, é de rejeitar a associação simplista da campo à actividade agrícola e de cidade à actividade industrial. Trata-se de ideia ainda fortemente generalizada, porventura também presente entre os que participam neste colóquio, mas que cada vez corresponde menos à realidade, mesmo em Portugal. Com efeito, no importante espaço Centro e Norte Litoral, a indústria afirma-se, nos meios rurais, como actividade económica de crescente importância, sendo já em diversas zonas, a actividade claramente dominante, quer em termos de produto quer em termos de emprego. Por outro lado, nas cidades as actividades terciárias cada vez mais assumem posição indiscutivelmente dominante.

Acresce que é igualmente simplista falar de campo e de cidade no singular. Para se discutir onde se vive melhor, há que distinguir entre as cidades e há que diferenciar os campos. Muito diferente é, na verdade, uma cidade de natureza metropolitana (como Lisboa e Porto), onde, existem diferentes tipos de espaço (urbano, suburbano e periurbano), uma cidade de média dimensão, como por exemplo Coimbra ou Aveiro, e uma pequena cidade, habitualmente designada como "cidade de província". Muito diferentes são, por outro lado, os espaços a que se costuma chamar campo, ou seja, tudo o que não é cidade. Os campos do Litoral do Centro e do Norte do País, com elevada densidade de população, onde a indústria se combina com agricultura a tempo parcial, onde a rede de ligações cidade/campo é de malha apertada e com fluxos intensos, são espaços onde a vida se organiza e decorre de modo assaz diferente do que sucede no Norte e Centro Interiores ou Alentejo, qualquer deles espaços onde domina a actividade agrícola, onde as ligações cidade/campo são menos intensas, onde as densidades populacionais são mais baixas, onde as distâncias são maiores.

Antes de se discutir o "viver melhor" é útil que se coloque a questão do "poder viver". De outro modo, o êxodo populacional do campo para a cidade que até há pouco tempo acompanhava o processo de industrialização seria a prova irrefutável de que as pessoas preferem viver na cidade e, logo, é nesta que se vive melhor. Nas decisões das pessoas que em massa se deslocaram do campo para a cidade no período de escassas décadas certamente pesou a

* ISCTE

escassez de ocupação no campo, resultantes da ruína do artesanato rural e da mecanização da agricultura, e o correlativo aumento do emprego na cidade, inerente à fase de desenvolvimento qualificável como urbano-industrial. No movimento inverso de transferência da cidade para o campo, a que neste momento se assiste um pouco por toda a Europa Ocidental e que começa a revelar-se em Portugal, igualmente se coloca, em termos prévios, a questão de "poder viver". Em termos ocupacionais sem dúvida, de acordo com o emprego criado nos campos através do processo de industrialização difusa. Mas também em termos por vezes bem mais essenciais: de saturação ambiental da cidade.

Para discutir o "viver melhor" é indispensável referenciar o "viver diferente", isto é, o modo como se organiza a vida no campo e na cidade. No pouco tempo que me resta, direi apenas que, no primeiro, surge como característica essencial o interconhecimento, a que se pode adicionar uma mais intensa relação homem/natureza inerente a uma mais difícil artificialização do espaço em termos de edificação. Por seu termo, a elevada concentração humana na cidade e a separação entre local de trabalho e local de habitação constituem, designadamente, factores que impelem à impessoalização das relações humanas. São conhecidos os termos em que eminentes vultos da Sociologia analisaram e designaram estes diversos modos de vida. Menos conhecidos são, porventura, os termos em que Amália Rodrigues cantou a impessoalidade da vida urbana no fado Fria Claridade: "grande, grande era a cidade e ninguém me conhecia".

*Intervenção de
Vitor Matias Ferreira**

A provocação é evidente, a armadilha de uma resposta propositiva é grande e a tentação de desenvolver uma reflexão sócio-filosófica não é menor. Mas vamos por partes analíticas, sem preocupação de chegar ao "todo" sintético.

1. Depois de "abandono" das cidades, registam-se sinais cada vez mais visíveis de "regresso ao centro" das antigas urbes. Aquele abandono urbano teve, sobretudo nas cidades norte-americanas, um carácter voluntarista, expressão espacial de ascensão social, deixando para "trás" a degradação dos espaços histórica e urbanisticamente mais antigos, forma indirecta de demarcar a segregação social e urbana dos conjuntos territoriais em causa. Décadas mais tarde, aquele abandono surgirá, então, como "obrigatório", mas agora em contextos socioeconómicos diferentes - como foi o caso português - em que a imagem urbana da atracção migrante se haveria de traduzir numa compulsiva miragem urbana, espaço de mediação/expulsão da terra "urbanisticamente prometida"!... Significativamente, os sinais de mudança de "regresso ao Centro",

* ISCTE

têm ainda uma marca socialmente relevante. Os sinais (entre nós ainda muito dispersos) de gentrification - em que os "novos-aristocratas" culturais ou do dinheiro (ou dos dois...) se instalam em zonas até então social e urbanisticamente degradadas - acompanham e multiplicam os sinais de reabilitação urbana e de recuperação do edificado, transformados, assim, em "ilhas" da velha-nova urbanidade! Mas são, ainda, sinais!...

2. Por outro lado, depois da apologia da "miséria rural" e do "desprezo" pelo campo (leia-se: agricultura) - que, economicamente, levou à emigração e, através dela, qual espiral maltida, à progressiva degradação da vida rural - assiste-se, hoje, a uma certa consagração do campo (com algum "voyeurismo"...), nomeadamente através de alguma revitalização da agricultura, da defesa ecológica (quase sempre platónica) do ambiente e, simultaneamente, com propostas mais ou menos sofisticadas de "reencontro" com a Natureza!

É, pois, também, um "regresso ao campo", tão futilizado como o "retorno ao urbano", formas eufemísticas de acompanhar o "progresso das ideias", modos de estar in-certos (nas) correntes mais modernizadoras (com pós e tudo...) da sociedade portuguesa. CEE dixit, o "povo" (que é brando) obedece, sobretudo porque quem paga, dizem, são os "fundos estruturais"!...

3. Num tal contexto, cidade ou campo, não é alternativa, sendo, antes, um falso dilema: digamos, como tese, voluntariamente normativa, que a questão se coloca, simultaneamente, em "mais e melhor" urbanidade e em "mais e melhor" ruralidade! Sabemos como a demarcação "rural"/"urbano" é meramente académica, apontando, cada um dos termos dessa dicotomia, espaços de enunciação de diferenciadas problemáticas analíticas. Territorialmente, é possível accionar teorias dando conta das "continuidades" e/ou das "rupturas", mas, àquele nível, a especificação analítica deixou de se reportar ao "rural" ou ao "urbano", integrando, então, qual teoria dos conjuntos, o "rural" e o "urbano"! A fecundidade do conceito de território surge, aqui, com bastante pertinência!

E, isso, porque do conceito de território é possível desenvolver, então, diversas dimensões analíticas "supra-localizáveis": concentração versus dispersão; anonimato versus sociabilidade; isolamento versus colectivismo; consumismo versus produtivismo; "culturalismo" versus "associativismo", etc, etc...

É, pois, no "interior" daquele conceito que se coloca a pertinência, quantitativa e qualitativa, da urbanidade e da ruralidade, vectores de dominante histórico-cultural, centrados em especificidades patrimoniais e socio-culturais, mas potenciadores de uma outra condição rural e urbana, isto é, ao fim e ao cabo, de "mais e melhor" campo e de "mais e melhor" cidade!